

O presidente Fernando Henrique disse em Minas que não é mais ministro da Fazenda, e quem trata dos assuntos da balança comercial é a equipe econômica. Por cima dessa hábil colocação, o presidente sinalizou para onde o governo deve ir: pediu ao ministro do Planejamento, Antônio Kandir, medidas que ajudem a aumentar as exportações.

Optar por estímulos às exportações é política de governo. Não é apenas política de câmbio. O que o presidente está fazendo — e em boa hora — é repor as coisas no lugar. O Brasil parece ter confundido o discurso correto do diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central, Gustavo Franco, favorável à competição global, com o desestímulo ao exportador. O presidente desmontou essa confusão.

O primeiro passo para a reconstrução da política externa é separar o certo — transformar novamente o exportador em herói, como tem sugerido o deputado Delfim Neto — do errado: aproveitar os déficits da balança comercial para disparar tarifas de importação e transformar o câmbio em cavalo de batalha num ano eleitoral.

No dia em que o país voltar à idéia fixa dos reajustes cambiais automáticos estará voltando também ao vício (que se julgava sepultado) da correção monetária. Esse monstro produziu a pior distribuição de renda do mundo, a ciranda financeira desviada e uma posição no *ranking* internacional da desonestidade inferior à da Bolívia. O Brasil tem que sepultar os caixões sem alça.

O governo pode dar prejuízos homéricos a quem especular a curto prazo contra a moeda, a estabilidade da economia e a melhoria na distribuição da renda. Tem em caixa uma montanha de dólares: US\$ 58,7 bilhões no conceito de liquidez internacional. Esse dinheiro atende a duas variáveis que caminham juntas: arbitragem das taxas de juros e câmbio. Os resultados negativos na balança comercial ainda estão longe de disparar sinais vermelhos.

O Brasil tenta alongar o perfil do crédito externo e recebe bom influxo (US\$ 7 bilhões

este ano) de capital de longo prazo. O governo tem condições de ampliar a emissão de bônus a prazos mais longos e a juros menores. O reconhecimento de tudo isso não significa que as pessoas que apoiam o Plano Real devam ignorar as armadilhas no caminho, ou estejam condenadas a morrer de ansiedade, como disse o secretário de política econômica, José Roberto Mendonça de Barros. O dever do governo não é gerar ansiedades, mas desfazê-las para dar ao empresariado um horizonte calmo. Ninguém investe a longo prazo em meio à ansiedade.

A área econômica deve parar de encarar a Avenida Paulista e o resto do Brasil produtor e potencialmente exportador como rivais, e transformá-los em aliados. A base instalada existe. Em 90 e 91 o Brasil gerou saldos anuais de US\$ 10 bilhões em cima de um comércio exterior total de US\$ 50 bilhões. Em 92 o superávit continuou alto: US\$ 15 bilhões. Em 93 desceu a US\$ 13 bilhões e em 94 caiu para US\$ 10 bilhões, num movimento total (exportações e importações) de US\$ 76 bilhões. Países asiáticos muito menores conseguem resultados melhores.

Infelizmente, boa parte da retórica do governo para ajudar os exportadores se baseia no crédito. Deveria se basear em capitalização. O diferencial entre as modernas empresas estrangeiras que atuam no comércio exterior e no Brasil é a disponibilidade de capital fixo a longo prazo. Sempre que dispara sinais de crédito e se esquece de capital fixo, o governo contribui para manter a velha-guarda de empresários que mamavam nas tetas do governo sonhando sempre com cartórios de juros subsidiados.

O pequeno estado de Santa Catarina tem dado exemplos nessa direção, criando fundos para capitalização de empresas emergentes. Em São Paulo, só as autopeças estão penduradas em atrasados de ICMS de US\$ 3 bilhões e cascatas de juros. A capitalização é a forma de tirar os empresários da ciranda dos juros ou do desejo do cartório do dinheiro barato. O ministro Kandir pode trilhar esse caminho para cumprir a tarefa designada pelo presidente da República.